
O CAPA NO UNIVERSO DAS ONGS: NOVAS TERRITORIALIDADES NUM CAMPO DE AÇÕES CONTRADITÓRIAS¹

THE CAPA IN THE NGOS' UNIVERSE: NEW TERRITORIALITIES IN A FIELD OF CONTRADICTORY ACTIONS

Tarcísio Vanderlinde²

RESUMO: O artigo discute a emergência das ONGs – Organizações não-governamentais, e suas ações contraditórias no universo em que atuam. Vistas criticamente como mediadoras de interesses neoliberais em escala mundial, elas podem apresentar perfis alternativos mesclando-se com movimentos sociais ou associando-se a eles. Na reflexão é avaliado o surgimento e as ações da ONG reconhecida como Capa – Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor. A entidade emerge nos anos de 1970 de interesses eclesiais da IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e atua no tempo presente no sul do Brasil entre comunidades precarizadas de pequenos agricultores, populações índias, pescadores artesanais e comunidades quilombolas.

Palavras-chave: ONGs; Capa; Territorialidade; Mediação; Espiritualidade.

ABSTRACT: The article discusses the emergence of NGOs - nongovernmental organizations, and their contradictory actions in the universe which they operate. Critically seen as mediators of neoliberal global interests, they may submit alternative profiles by merging with social movements or associating with them. Our reflection evaluates the appearance and actions of NGO known as Capa - Support Centre for Small Farmers. The entity emerges in the 1970s by interests of the IECLB Church - Evangelical Church of Lutheran Confession in Brazil and it currently operates in southern Brazil among precarious communities of small farmers, Indian populations, fishermen and maroon communities.

Key words: NGOs; Capa; territoriality; mediation; spirituality.

Introdução

Pautado em bibliografia e documentação específica, o artigo discute a controversa emergência das entidades do Terceiro Setor ou ONGs. O Capa se identifica como ONG e, portanto caracteriza-se como um dos protagonistas que povoam um campo global de atuação dessas entidades. Ao adentrar ao conceito de ONG, percebe-se que, para além da semântica, é possível identificar um ambiente em que entidades não governamentais se mesclam com movimentos sociais e provocam a emergência de novas territorialidades no cenário global. Territorialidades claras, outras nem tanto, revelam um campo de atuação das ONGs eivado de lutas, confianças, desconfianças e ambiguidades. No texto que se relaciona ao trabalho social exercido pela IECLB entre populações precarizadas do sul do Brasil decidiu-se problematizar a questão, procurando, no contexto, localizar e permitir visibilidade à atuação do Capa.

Territorializado a partir de cinco núcleos, geograficamente estabelecido nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o Capa forma um Consórcio e exerce uma função tecnomediadora entre grupos de pequenos agricultores. Com isso fomenta formas associativas de organização relacionadas ao planejamento, à produção e à comercialização de produtos agropecuários sem o uso de agrotóxicos. Para a viabilização de seu

¹ O artigo é inédito e foi motivado pela pesquisa "Luteranos em território quilombola: a mediação pela prática da agroecologia". A pesquisa realizada no âmbito da UNIOESTE-PR/UFPR foi concluída no ano de 2011

² Geógrafo, Doutor em História (UFF) com Pós-Doutorado em Sociologia (UFPR). Associado a AGB/Marechal Cândido Rondon – PR. Professor Adjunto da Unioeste Campos de Marechal Cândido Rondon – PR. Integra-se nas atividades desenvolvidas no GEMMA – Laboratório de Estudos Geográficos, Mídia, Migrações e Ambiente. Atua nos Programas de Mestrado da UNIOESTE: Sociedade Cultura e Fronteiras (Interdisciplinar) e Espaço de Fronteira: território e ambiente (Geografia). E-mail: tarcisiovanderlinde@gmail.com

projeto, o Capa mantém parcerias com prefeituras, com movimentos sociais e com outras ONGs. Atua também entre populações índias e grupos de comunidades remanescentes de quilombos.

O Capa nasce de uma motivação eclesiológica da IECLB ao final dos anos de 1970. Naquele momento os pequenos agricultores se viram impactados pelos efeitos perversos da modernização agrícola. A dimensão espiritual associada a cultivos agrícolas com sustentabilidade, contudo, não é uma prerrogativa exclusiva do Capa. A vinculação entre espiritualidade e território é percebida também entre outros povos do planeta. O diferencial, no entanto, é que o Capa realiza um trabalho peculiar entre os sujeitos de sua ação, trabalho que, a partir de uma concepção espiritual, pode ir além da mediação técnica. Autonomia e visibilidade social das comunidades onde o Capa atua costumam ser importantes objetivos a serem alcançados.

O Capa no contexto das Ongs

A explosão das ONGs passa a ocorrer ao final dos anos de 1980 o que coincide com a queda do Muro de Berlim e o colapso do regime do capitalismo de Estado monopolista. No contexto, ainda pode ser distinguido a importância do Consenso de Washington embalado pela tese de Francis Fukuyama que apregoava o “fim da história” e o “triumfo do liberalismo”. Curiosamente a tese apontava para o “fim das ideologias”. Um “Estado enxuto”, com restritas responsabilidades sociais, passou para ordem do dia. Não é de estranhar, portanto, que a explosão de ONGs que passa a acontecer a partir dessa fase não seja associada à operacionalização das políticas neoliberais em todo o mundo. Há, no entanto, outras posições sobre a atuação das ONGs que merecem ser discutidas. Embora controversas, parecem não ser “farinha do mesmo saco”. No caso específico do Capa, a entidade, que de início teve um caráter pastoral – antes de ser “centro de apoio” era “centro de aconselhamento” –, já estava em operacionalização há mais de uma década antes do *boom* das ONGs. Além disso, nos documentos que tratam da fundação do Capa parece não haver qualquer formulação de que se tratava de uma entidade não governamental. A interpretação como entidade não governamental vai ocorrer mais tarde, quando o termo ONG começa a se popularizar.

Uma pista para a discussão do assunto pode partir de algumas indagações formuladas pelo sociólogo Alfio Brandenburg. Entre outras questões, o autor indaga: – Qual é o sentido das organizações não governamentais que questionam a modernização agrícola e desenvolvem projetos alternativos de desenvolvimento para a agricultura familiar? Analisando questões relacionadas com a formulação de políticas para desenvolvimento de uma agricultura sustentável, seu estudo apresenta contribuições para se pensar nas condições de construção de uma modernidade socialmente definida com a presença de ONGs (BRANDENBURG, 1999).

De modo geral, a emergência das ONGs é percebida como um fenômeno novo. Elas atuam diante de assuntos delicados em que os Estados e a própria ONU não têm sabido proceder aos encaminhamentos mais adequados. De caráter multinacional, fazendo uso das possibilidades abertas pelas redes interativas e outras formas atuais de comunicação rápida, elas têm agido como forças de pressão sobre os Estados contra testes atômicos, sobre empresas que agridem o meio ambiente, em programas assistenciais diversos e em muitas outras áreas. De outro lado, as ONGs teriam um caráter corporativo, formando um grupo bastante heterogêneo (CARDOSO, s.d.).

Em oportuna análise editorialista do jornal Folha de São Paulo (2001), as ONGs deteriam um poder de atuação e de planejamento limitado. Além disso, nem sempre suas diretrizes de ação seriam compatíveis com as da política pública. Também não se poderia deixar de ressaltar a diversidade de propósitos fundacionais no universo das ONGs. Por trás dessa designação genérica há muitos casos em que vige a pouca seriedade, a incompetência ou mesmo a utilização dessas entidades como fachada para atividades ilegais. Isso não serviria para descredenciar o trabalho de ONGs consideradas sérias, como a Pastoral da Criança, por exemplo. A atuação desse tipo de organização seria um dado positivo nestes tempos de globalização econômica, que não pode ser desprezado no cumprimento de tarefas históricas do Estado democrático. Em sua interação com as ONGs, portanto, caberia ao poder público escolher bem, escolhendo as parcerias que se coadunem com as diretrizes gerais de sua missão social.

Há um aspecto histórico das ONGs que merece ser lembrado e um papel profético das mesmas que merece ser defendido. “Cruz Vermelha Internacional”, “Médicos sem Fronteiras” e a “Anistia Internacional”, seriam ONGs que mereceriam um estudo a parte. A “Cruz Vermelha Internacional”, com atuação em todo mundo, teve participação expressiva no atendimento a feridos de guerra durante a Primeira Guerra Mundial, contudo a entidade nasceu ainda na segunda metade do século XIX, a partir da Convenção de Genebra, motivada pelos sangrentos combates relacionados à unificação Italiana (PLANETASUSTENTAVEL, 2011).

A entidade “Médicos sem Fronteiras” constitui uma organização fundada em 1971, motivada pela situação social vivida em alguns países africanos. A organização leva socorro às populações em perigo e às vítimas de catástrofes de origem natural ou humana e de situações de conflito, sem qualquer discriminação racial, religiosa, filosófica ou política. Trabalhando com neutralidade e imparcialidade, os “Médicos sem Fronteiras” reivindicam, em nome da ética médica universal e do direito à assistência humanitária, a liberdade total e completa do exercício da sua atividade (ANOSSAESCOLA, 2011).

Criada em 1961, o objetivo da “Anistia internacional” é lutar pela libertação de presos políticos. A “Anistia Internacional” é considerada hoje a maior organização de defesa dos direitos humanos no mundo. Pautada na

Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, seus ativistas costumam frequentemente ser vistos com desconfiança por todos os lados. Durante a chamada guerra fria, no Ocidente eram vistos por muitos políticos e meios de comunicação como a quinta coluna comunista; no Leste, como um fantoche do imperialismo (DW-WORLD, 2011). Considerar que todas essas entidades seriam unicamente instrumentos do neoliberalismo para materializar o mundo pensado por Fukuyama é desconhecer a história e seria reduzir demasiadamente a questão.

O teólogo Leonardo Boff vê com otimismo o papel de ONGs associadas a movimentos sociais. Para além do papel do Estado e considerando o que ele denomina de “grande crise da civilização”, vê na associação de ONGs e movimentos sociais a possibilidade do surgimento de uma nova cidadania planetária (BOFF, 2010). Já mais crítico, David Harvey percebe nas ONGs práticas sociais contraditórias, ora identificando-se com políticas neoliberais, ora com causas progressistas. Reconhece, contudo, grandes contribuições em certas áreas, como na dos direitos da mulher, na da saúde e na da preservação ambiental. Em termos revolucionários, porém, elas seriam muito limitadas pelas instâncias políticas e de formulação de políticas de seus mantenedores (HARVEY, 2010).

No contexto das discussões sobre a formulação do novo Código Florestal Brasileiro, as ONGs que atuam na Amazônia são severamente criticadas sob a bandeira de um pretensão nacionalismo alardeado pela sociedade ruralista. A bancada ruralista encontrou no deputado Aldo Rebelo um intérprete “confiável” para defender suas causas. Um estudo atento do relatório revela a ideia de que haveria uma conspiração mundial contra os interesses do Brasil sendo mediado pelas ONGs. Elas teriam suas bases de atuação principalmente na Amazônia. No relatório do deputado o trabalho das ONGs é questionado e desqualificado:

A Amazônia é parte do território brasileiro e cabe ao Estado empreender as ações necessárias para que os cidadãos que ali vivem não fiquem à mercê de contingências naturais e sociais, sem que a organização política da sociedade não tenha como dar respostas adequadas. Pois se assim fosse, estariam plenamente justificadas as demandas autonomistas daqueles grupos que não se reconhecem no tecido social da Nação. A pretensão de ONGs estrangeiras indigenistas e ambientalistas de tutelarem aquela parte do território nacional e seus habitantes é um escárnio para o Estado e para o povo brasileiro (REBELO, 2010).

É preciso destacar, contudo, que as atividades de muitas ONGs na Amazônia são vistas também com desconfiança por setores e entidades ambientalistas e que costumam ter uma perspectiva criteriosa sobre o conceito de sustentabilidade. O manejo supostamente sustentável da floresta levanta muitas indagações sobre a atuação de ONGs. O “mercado verde” e o “manejo sustentável

da floresta” são coisas vistas com suspeita, contudo a cobiça internacional sobre as riquezas da Amazônia e da América Latina em geral, não seria um fenômeno recente e circunscrita ao tempo em que se materializaram com maior intensidade as entidades do Terceiro Setor.

A exploração ou entrega das riquezas da América Latina ou Índia é secular e em muitas circunstâncias contaram com a conivência e a cumplicidade das elites autóctones. Para os que se enriqueceram “lá fora” teve sempre a contrapartida de quem se enriqueceu “aqui dentro”. O clássico de Eduardo Galeano, “As Veias Abertas da América Latina”, problematiza a atuação de interesses estrangeiros ao longo dos séculos tanto no Brasil quanto em outros países de colonização ibérica (GALEANO, 1988). O “contra” ou “a favor” em relação às ONGs, a nosso ver, é uma forma simplificada de tratar a questão. Em termos de nacionalismo e de defesa dos interesses nacionais, os “vende pátria” podem não estar escondidos necessariamente nas ONGs². No caso da Amazônia, onde supostamente o assédio das ONGs seria mais intenso, há outras questões de fundo e muitos interesses que extrapolam a eventual atuação questionável das entidades do Terceiro Setor.

No diálogo com Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Vanderlinde (2009) observa que a Amazônia tem se constituído em uma região objeto de múltiplas ações de diferentes classes sociais. O capital mundial através de composições empresariais ou associativistas envolvendo grupos nacionais ou estrangeiros e o Estado via empresas estatais ou programas e projetos governamentais têm atuado de forma articulada, exercendo pressão sobre os recursos naturais e, particularmente, sobre as terras públicas ou devolutas. Os povos indígenas e os diferentes tipos de camponeses (ribeirinhos, colonos, extrativistas, pescadores) têm sido pressionados pelas duas “corridas” do capital sobre a região. De um lado sofrem impactos das empresas de mineração, que vão se apoderando das riquezas minerais e, de outro, os impactos das grilagens de terra movidas pelo tripé grileiro – pecuarista – madeireiro. O debate sobre o desmatamento, a exploração de madeira em unidades de conservação, aliados ao que restou do garimpo, os projetos de construção de hidroelétricas, a pavimentação da BR 163, rebatem na questão central: a fantástica grilagem de terra que está ocorrendo na região, particularmente no Pará. Calcula-se que, do estoque de terras públicas registradas pelo INCRA, ainda restam cerca de 60 milhões de hectares, que, segundo muitos documentos oficiais, estão todos cercados por pessoas ou empresas que se dizem “proprietárias” dessas terras.

O fenômeno ONGs é problematizado por Rogério Haesbaert e Carlos Walter Porto-Gonçalves no contexto da “nova des-ordem mundial”. As ONGs seriam talvez as entidades que melhor indicariam o caos sistêmico ou a des-ordem socioespacial fruto da tensão das territorialidades do tempo presente. Se, de um lado, elas só contribuiriam para debilitar o Estado-nação, é preciso considerar que, ao mesmo tempo, colocam novos desafios

aos movimentos sociais. A própria regulamentação das ONGs pela ONU seria um indício do caos sistêmico dos conflitos de territorialidades que se vive. Seria preciso perceber que a ONU é constituída pelos Estados nacionais, e seriam eles que soberanamente estariam abrindo mão de parte da soberania ao consagrar formalmente entidades que se definem como não governo. O não governo confere às entidades um sentido extremamente ambíguo diante das políticas de ajuste estrutural recomendadas por organismos internacionais. O assunto ainda fica mais complicado quando se sabe da apologia que as instituições multilaterais costumam fazer às organizações não governamentais, ao mesmo tempo em que impõem políticas de flexibilização generalizada e de esvaziamento do Estado. Corre-se, assim, em nome de boas causas, o risco de legitimar o trabalho precário, na medida em que se observa que a maior parte dos que militam em ONGs não têm direitos sociais garantidos ou dependem de novos financiamentos, colocando-se frequentemente na dependência da agenda de financiadores (HAESBAERT & PORTO-GONÇALVES, 2006: 69-76).

Outra crítica que paira sobre as Organizações do Terceiro Setor é que estas poderiam estar contribuindo para a fragilidade da sociedade civil tradicional. E mesmo a ação de ONGs junto às populações indígenas e afrodescendentes, ação na qual se poderia identificar um aspecto positivo, pode também ser entendido como um esvaziamento da sociedade civil organizada. Afinal, trata-se de segmentos da sociedade que ficaram alijados da cidadania na conformação contraditória dos Estados nacionais, sobretudo nos antigos territórios coloniais, onde, apesar da independência, permaneceu ainda a colonialidade. Assim, as ONGs retiram sua legitimidade da crise das territorialidades herdadas, para o que contribuem com sua própria ação. Grande parte da sua legitimidade moral é retirada do apelo frequente à ética, ocupando assim cada vez mais o lugar da política na formulação dos direitos humanos, no combate à fome, no atendimento às crianças abandonadas, no combate à AIDS, nas questões do meio ambiente.

Pode-se ainda dizer que, no âmbito mundial, as organizações do Terceiro Setor assumem um papel que pode ser considerado fundamental na sociedade contemporânea, tendo em vista a incapacidade estatal e da iniciativa privada em responder às vastas precisões populacionais. O essencial seria considerar que, em meio a tantas organizações voltadas para as causas sociais, a busca por diferenciais competitivos não deve levar as organizações orientadas por valores a esquecerem os ideais que justificam sua existência: as necessidades humanas (BARROS, 2010). Com uma enorme diversidade ideológica e praxeológica, no tempo presente a problemática ambiental acabou desencadeando a emergência de novos movimentos sociais em resposta à destruição dos recursos naturais, à degradação dos serviços ambientais e ao déficit dos serviços públicos, que incidem na degradação da qualidade de vida da população (LEFF, 2009).

O que chama atenção e pode ser colocado com um “elemento novo”, em tudo o que se discute sobre ONGs, é a presença de novos protagonistas agindo e legitimando-se como tendo direitos a ter direitos numa escala em que até aqui estavam “invisibilizados”. As conclusões de pesquisas por nós realizada sobre a atuação do Capa na região de comunidades de remanescentes de quilombos no Rio Grande do Sul parecem apontar nessa direção. No caso da atuação desenvolvida pela entidade no intuito de possibilitar visibilidades às comunidades remanescentes de quilombo, e como o INCRA teria visíveis limitações, ela auxilia num levantamento sócio-histórico da comunidade, possibilitando assim que se ateste que é uma comunidade quilombola, para que ela então possa acessar as políticas públicas ou ter suas terras demarcadas. É oportuno observar que, sem a mediação do Capa, muitas dessas comunidades que hoje a entidade assiste nem sequer tinham conhecimento que existiam políticas públicas e legislação específica que as poderiam beneficiar. Curiosamente, vê-se aí uma entidade não governamental convergindo com políticas de Estado.

Enquanto ONG, o Capa atua junto aos movimentos sociais, não privilegiando nem filiando-se a uma linha de pensamento específica. Dessa forma, está em aberto a atuar e colaborar com todos os movimentos sociais que se identificam com a agricultura familiar. As relações do Capa com movimentos sociais estariam circunscritas prioritariamente à assessoria técnica, considerada uma porta de entrada na parceria com os movimentos. A demanda dos movimentos deve-se ao respeito pelo trabalho do Capa, reconhecido como entidade tecnicamente competente e politicamente responsável. A relação, contudo, não é isenta de conflitos, em particular com as instâncias diretivas de alguns movimentos sociais que, muitas vezes, defendem uma visão “aparelhista” da assistência técnica. Alguns núcleos são cautelosos em estreitar relações com os movimentos sociais, particularmente nas regiões em que estes são menos atuantes e nas quais o Capa possui maior proximidade com forças políticas locais e/ou onde a base da Igreja da qual emerge apresenta uma característica conservadora e avessa à militância dos movimentos sociais mais combativos (RELATÓRIO, 2006:44).

Como já se apontou, o Capa forma um Consórcio e exerce uma função tecnomediadora entre grupos de pequenos agricultores. Com isso fomenta formas associativas de organização relacionadas ao planejamento, produção e comercialização de produtos sem o uso de agrotóxicos. Para a viabilização de seu projeto, o Capa mantém parcerias com prefeituras, com movimentos sociais, com ONGs e conta com apoio da *Evangelischer Entwicklungsdienst – EDD* (Serviço das Igrejas Evangélicas na Alemanha para o Desenvolvimento)³. Não parece ocorrer, contudo, na área do financiamento da instituição, uma situação que possa ser considerada, pelos mediadores, como confortável. O alto grau de dependência em relação à cooperação internacional preocupa. Além disso, as fontes internacionais são todas do universo

luterano, “[...] revelando uma virtude que é, ao mesmo tempo, uma fraqueza”. A proporção de recursos próprios, positiva em sua existência ao longo do tempo, revela-se limitada para os desafios de autonomia institucional (FLD, 2010:5). Diferentemente de outras ONGs, os responsáveis pelo funcionamento da entidade no Brasil percebem a dependência externa como uma condição problemática e que deveria ser superada.

Nas relações de parceria construídas pelo Capa pode ser destacado o relevante papel da Fundação Luterana de Diaconia (FLD). Entre as atividades desenvolvidas pela FLD podem ser destacadas: interlocução entre o Consórcio Capa e EED; monitoração política e estratégica do projeto Capa; apoio na gestão financeira procurando ampliar esse apoio aos núcleos; articulação entre o consórcio e a IECLB, garantindo apoio legal e o representando em órgão específico da Igreja para prestação de contas; apoio na integração entre o Capa e sua proposta de Desenvolvimento Rural Sustentável. A FLD também facilita os encontros temáticos dentro do Consórcio e auxilia na sistematização e divulgação de resultados (IDE, 2008:55-56).

No contexto de uma relação afetiva com o território, o Capa, enquanto entidade mediadora, pode ser caracterizado como um agente de (re)territorialização, considerando-se sua atuação entre as comunidades quilombolas do sul do país. Ao pesquisar o início das ações do Capa entre as comunidades quilombolas, constatou-se que havia a concepção de invisibilidade desses territórios e que, portanto, poderiam ser caracterizados como “aglomerados de exclusão” ou “territórios precarizados”, perspectivas essas discutidas pelo geógrafo Rogério Haesbaert e pelo sociólogo José de Souza Martins em momentos diversos (HAESBAERT, 2009:156). Percebe-se, nessa relação, que aspectos relacionados ao território e à territorialidade poderão estar conectados à questão identitária entre as comunidades quilombolas. Inspirado no pensamento de Rogério Haesbaert é possível concluir que muitas das comunidades de remanescentes de quilombos vivem em territórios frágeis, provisórios e precariamente territorializados (HAESBAERT, 2004:35-52).

O Capa, enquanto sujeito, na relação mediadora, contribui para a articulação de territórios e de territorialidades. Na medida em que, pela sua ação, desloca os mediadores tradicionais que obstaculizam os interesses das comunidades quilombolas, o Capa pode ser considerado como um agente mobilizador na formulação de novos territórios e de novas territorialidades. De acordo com Alfredo de Almeida, a territorialidade pode funcionar como fator de identificação, de defesa e de força. Laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias porventura existentes (ALMEIDA, 2004:10).

Os anos de 1990 inauguram um novo ciclo de lutas mundializadas como se uma nova ordem mundial estivesse sendo gestada. No contexto, os movimentos sociais e as ONGs foram os protagonistas que se apresentaram como

“novos” na conformação de novas territorialidades. De Chiapas (1994) a Seattle (1999), desaguando no Fórum Social Mundial em Porto Alegre (2000), ONGs e movimentos sociais, mesmo com contradições, vão tentando desenhar “um outro mundo possível” em contraponto ao mundo pensado pelos grandes protagonistas da globalização que costumam se reunir em Davos, na Suíça. Nesse processo contraditório, ora recebendo apoio de grandes corporações, ora se opondo às políticas dessas mesmas corporações, as ONGs e os movimentos sociais apontam para demandas de novas configurações territoriais.

Conclusão

A generalização é sempre problemática. Ela pode em primeiro lugar denunciar uma postura “científica” onde o empírico é amarrado e precisa se adequar às concepções teóricas que o pesquisador considera como as mais adequadas. Não deixa de ser uma espécie de “fim de história” às avessas. Tudo é explicado e definido a partir do modelo adotado. Uma leitura “radical” do surgimento e da atuação das entidades do Terceiro Setor se insere nessa perspectiva: via de regra, a única qualificação aceitável é no âmbito do “bem” ou do “mal”. Algumas entidades do Terceiro Setor que atuam hoje numa escala global e que se pautam principalmente no envolvimento com questões humanitárias tiveram seu surgimento num momento anterior ao debate que se faz em torno dessas entidades no tempo presente.

A respeito das concepções teóricas prévias que podem direcionar os resultados de pesquisas, Márcia Maria Mennendes Motta lembra que as fontes podem ser surpreendentes desde que se tenha a disposição de ouvi-las ou percebê-las: “Não basta fazer a elas (fontes) novas perguntas, mas é preciso ouvi-las, pois elas sussurram em nossos pobres ouvidos, insistindo que revelemos uma complexidade do universo social, muitas vezes estranha a uma opção teórica previamente escolhida” (MOTTA, 1998:9). Não deixa de ser oportuno destacar a visão que Lucien Febvre tem sobre esta questão teórica. De acordo com o historiador, a convicção *a priori* pode estragar os estudos. Por outro lado, o autor também lembra que, atrás dos textos que pesquisamos, colocamos instintivamente as nossas ideias, os nossos sentimentos, os frutos de nossas pesquisas científicas, das nossas experiências políticas e das nossas realizações sociais (FEBVRE, 1970:16-20).

Um posicionamento equilibrado sobre o assunto seria pela conclusão de que existem ONGs e ONGs. Se, no caso da Amazônia, é possível levantar suspeitas sobre a atuação de algumas dessas entidades, é preciso também considerar que nenhuma outra mediação com fins humanitários e ambientalistas chegou aonde chegaram algumas entidades do Terceiro Setor. Daí que formar uma opinião da atuação dessas entidades a partir de generalizações é desconhecer suas histórias, suas especificidades.

A verdade é que, num campo de ações contraditórias, essas entidades estão presentes. Novas territorialidades vão sendo desenhadas a partir das ações contraditórias dessas

entidades ou da associação delas a outras entidades ou a movimentos sociais. À medida que essas entidades entram em sinergia com movimentos sociais, emergem também novas mobilizações em direção aos objetivos pretendidos.

Este artigo pretendeu qualificar, nos limites propostos, a emergência contemporânea das ONGs, individualizando, no contexto, o surgimento do Capa. No caso da atuação do Capa entre as comunidades quilombolas no sul do país, conclui-se que essa entidade acabou se caracterizando como um agente de territorialização de sujeitos que viviam historicamente precarizados por uma situação social e econômica imposta desde os tempos da escravidão. Muitas dessas comunidades viviam em territórios marginalizados e, com a atuação dessa entidade, acabaram obtendo novas visibilidades. Na articulação dos diversos sujeitos, histórias que pareciam ter perdido sua memória e suas tradições se ressignificaram dentro de uma política do ser e do tempo. O resultado das ações do Capa foi possibilitar que os sujeitos se transformassem em instrumentos de mudança de sua própria condição social.

Notas

2 - Cf. NOVO CÓDIGO FLORESTAL é mais um capítulo do histórico domínio do Brasil pelo agronegócio. Entrevista com Ariovaldo Umbelino de Oliveira. **Correio da Cidadania**, 1º de junho de 2011.

3 - A EED coopera com as atividades do Capa por meio de projetos de apoio e recursos financeiros. Contribui em questões conceituais específicas relacionadas à agroecologia e provoca visitas de intercâmbio e diálogo com grupos de solidariedade na Alemanha (IDE, Hans-Hulrich. **A gente pega junto**: protagonismo na agricultura familiar. Trabalho e Porto Alegre: C&M, 2008).

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras tradicionalmente ocupadas**. Revista de Estudos Urbanos Regionais. V. 6, N. 1, mai. 2004.

BARROS, Marizeth Antunes; SANTOS, Thaís Chacon dos. Terceiro Setor: racionalidade instrumental ou substantiva. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 113, out. 2010.

BOFF, Leonardo. Estamos diante de uma grande crise de civilização. **Amigos da Natureza**. Marechal Cândido Rondon, Dez. 2010.

BRANDENBURG, Alfio. **Agricultura familiar**, ONGs e desenvolvimento sustentável. Curitiba: Editora da UFPR, 1999.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **No limiar do século XXI**. Versão fotocopiada, sem data.

DISPONÍVEL EM: <www.anossaescola.com/tortosendo>. Acesso em 07 de jun. 2011.

DISPONÍVEL EM: <www.dw-world.de/dw/article>. Acesso em 07 de jun. 2011.

DISPONÍVEL EM: <[www.http://planetasustentavel.abril.com.br](http://www.planetasustentavel.abril.com.br)>. Acesso em 07 de jun. 2011.

FEBVRE, Lucien. **O problema da descrença no século XVI**: a religião de Rabelais. Lisboa: Editorial Início, 1970.

FLD: FUNDAÇÃO LUTERANA DE DIACONIA – Balanço social. Porto Alegre, 2010.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 14 de janeiro de 2001.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

HAESBAERT, Rogério. Entrevista concedida a Tarcísio Vanderlinde, Robson Laverdi e Méri Frotscher. **Espaço Plural**. 1º Sem. 2009.

HAESBAERT, Rogério. Precarização, reclusão e exclusão territorial. **Terra Livre**. Goiânia: Editora Vieira, Jul-Dez/2004.

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HARVEY, David. Organizando para a transição anticapitalista. **Margem esquerda**. São Paulo: Boitempo Editorial. Nov. 2010.

IDE, Hans-Hulrich. **A gente pega junto**: protagonismo na agricultura familiar. Trabalho e Porto Alegre: C&M, 2008.

LEFF, Enrique. Ambiente e movimentos sociais. In: LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder**: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

NOVO CÓDIGO FLORESTAL é mais um capítulo do histórico domínio do Brasil pelo agronegócio. Entrevista com Ariovaldo Umbelino de Oliveira. **Correio da Cidadania**, 1º de junho de 2011.

PARECER DO RELATOR DEPUTADO federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP) ao Projeto de Lei nº 1876/99. Brasília, jun. 2010.

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA DO CAPA: período 2000-2005. Porto Alegre, Abr. 2006.

VANDERLINDE, Tarcísio. **Fragmentos de inconformidade**: sociedade, territórios, espaços. Cascavel: Edunioeste, 2009.

VANDERLINDE, Tarcísio. **Luteranos em território quilombola**: a mediação pela prática da agroecologia (Relatório final da investigação). Marechal Cândido Rondon: Unioeste, 2011.